



ACÓRDÃO Nº609/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11320/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Fonte Boa.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Neiverlici de Souza Oliveira (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Helen Keller da Silva Dias – OAB/AM 13.433.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2032/2020-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Fonte Boa. Exercício de 2018.

Regularidade com ressalvas. Multa. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Fonte Boa, referente ao exercício de 2018, de responsabilidade da **Sra. Neiverlici de Souza Oliveira**, Presidente daquela Casa e Ordenadora de Despesas, nos termos do art. 22, II, c/c o art. 24, ambos da Lei n.º 2.423/96TCE/AM;

10.2. Aplicar Multa à Sra. Neiverlici de Souza Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Fonte Boa e Ordenadora de Despesas, no valor de **R\$ 1.706,80** (mil setecentos e seis reais e oitenta centavos), correspondente à 2,5%, nos termos do art. 54, VII, da Lei n.º 2.423/96-TCE/AM, alterado pela Lei Complementar nº 204/2020-TCE/AM, c/c o art. 308, VII, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterada pela Resolução nº 04/2018-TCE/AM, em razão da falha identificada no item 18, da fundamentação do voto, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição



ACÓRDÃO Nº609/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.3. Recomendar à Câmara Municipal de Fonte Boa que:

- 10.3.1.** Quando houver a elaboração de concursos públicos com o intuito de admissão de pessoal pela mencionada Câmara, remeta, a esta Corte de Contas, documentos que comprovem a apreciação de tais concursos por este Egrégio Tribunal. (item 13, da fundamentação do Relatório/Voto);
- 10.3.2.** Adote providências no sentido de criação de cargos para o exercício da assessoria contábil, visto ser essa uma atividade essencial para a consecução dos objetivos da Entidade, dispondo, desta forma, do profissional de contabilidade no seu quadro de pessoal, mediante a realização de concurso público para provimento do mesmo, sob pena de aplicação de multa; (item 14, da fundamentação do Relatório/Voto);
- 10.3.3.** Em respeito ao Princípio da Continuidade do Serviço Público (extraído do art. 37, VII, da CF/88), adote as providências cabíveis no sentido de criar cargos para o exercício da assessoria jurídica, visto ser essa uma atividade essencial para a consecução dos objetivos da Entidade, sendo os mesmos preenchidos, mediante a realização de concurso público, sob pena de aplicação de multa; (item 15, da fundamentação do Relatório/Voto);
- 10.3.4.** Adote as medidas necessárias ao cumprimento do art. 29, VI, da CF/88, no sentido de rever os ditames da Lei nº 003/2017, uma vez que não restou comprovado que o implemento da Lei nº 001/2016, ultrapassaria os limites constitucionais, sob pena de aplicação de multa; (item 17, da fundamentação do Relatório/Voto);
- 10.3.5.** Sejam adotados esforços no sentido de alimentar o *sítio* eletrônico, mantendo o mesmo atualizado e com informações completas, uma vez que a ausência de transparência cria obstáculos à participação e controle social. (item 18, da fundamentação do Relatório/Voto).

11- Ata: 17ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 17 de Junho de 2020.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

Publicado no Diário Eletrônico do
TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº609/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza,
Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral